

Orçamento propõe a primeira redução nominal de recursos para Bolsa Família **A5**

Homem dispara em igreja batista no Texas e mata 26 pessoas **A9**

A Autopass, de Gil Filho, e Mastercard criam pagamento de ônibus com cartão **B6**



Valor ECONÔMICO

Destaques

Novo fundo chinês

O governo chinês e o grupo Huayang, um dos maiores conglomerados empresariais chineses, disponibilizam US\$ 3 bilhões por meio de novo fundo, exclusivo para empreendimentos no Brasil ou para empresas nacionais interessadas em expandir atividades para a China. O fundo financiará até 85% do valor dos projetos. **A4**

Atraso na reação dos serviços

Os serviços, que respondem pela maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, ainda não "engataram" uma recuperação, ao contrário da indústria e do varejo. Essa demora na reação, contudo, não preocupa os economistas, que esperam uma retomada nos próximos meses. Eles observam que os serviços foram os últimos a entrar na crise e devem ser os últimos a sair. **A12**

TCU quer exigir de bancos da União devolução de R\$ 39 bi

Murillo Camarotto
De Brasília

Depois de considerar ilegais os empréstimos do Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) considerou igualmente irregulares repasses, no total de R\$ 39 bilhões, realizados à Caixa Econômica, Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa) nos governos Lula e Dilma.

Os repasses foram feitos por meio de títulos da dívida pública emitidos com essa finalidade. A Caixa foi beneficiária de R\$ 27 bilhões, o BB, de R\$ 9,6 bilhões e o BNB e o Basa, de R\$ 1 bilhão cada.

Na época, o objetivo do governo foi estimular a concessão de crédito subsidiado, com a justificativa de que a crise mundial de 2008-2009 paralisara o crédito privado. Ocorre que os repasses do Tesouro aos bancos federais continuaram sendo feitos nos anos que se seguiram à crise, até 2015, segundo o TCU.

tar o principal da dívida. Por causa dessas características, pode ser tratado como capital do ponto de vista das regras internacionais de solvência bancária.

Esse foi o "atalho" utilizado pelos governos Lula e Dilma para capitalizar os bancos federais sem impactar o resultado primário das contas públicas. No caso do BB, uma parte dos recursos foi aportada como IHCD e outra, para financiamento do Plano Safra.

Caso o plenário do TCU aprove a auditoria técnica, os bancos terão 30 dias

Tanure avança e Oi pode perder gestão

Graziella Valenti e Rafael Bitencourt
De São Paulo e Brasília

Os movimentos do empresário Nelson Tanure no fim de semana para aumentar seu controle na operadora Oi, às voltas com a maior recuperação judicial já realizada no país, foram entendidos como uma afronta à atual posição do governo. O Valor apurou que o presidente da empresa, Marco Schroeder, o presidente do conselho, José Mauro Mettrau Carneiro, e os dois conselheiros independentes indicados pelo BNDES, Marcos Duarte e Ri-

Chineses criam fundo de US\$ 3 bi para financiar projetos no Brasil

Luciano Máximo
De São Paulo

Em meio à escassez de crédito e à retração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento do investimento no país, a China se apresenta como opção de funding com taxas abaixo da média do mercado brasileiro para projetos em vários setores. O governo chinês é o grupo Huayang, um dos maiores conglomerados empresariais chineses, disponibilizam US\$ 3 bilhões por meio de um novo fundo, exclusivo para empreendimentos no Brasil ou empresas nacionais interessadas em expandir suas atividades para a China.

A Câmara de Comércio de Desenvolvimento Internacional Brasil-China (CCDIBC) representa no país o fundo criado pelo Huayang, com capital estatal e próprio, e opera como um banco de projetos. Responde pela primeira avaliação do empreendimento e oferece consultoria para adequar a solicitação dos interessados às exigências chinesas, antes do envio para análise de crédito e garantias pelo fundo de investimentos sediado em Hong Kong.

Fabio Hu, presidente da CCDIBC, diz que espera fechar contratos ainda este ano e cita algumas atividades prioritárias: infraestrutura e logística, construção civil, agronegócio, parcerias públi-



SILVIA ZAMBONI/VALOR

Fabio Hu, da Câmara Brasil-China: fundo pode financiar até 85% de um projeto

co-privadas (PPPs), concessões públicas, tecnologia, startups, produção de carros e caminhões elétricos e energia (solar, eólica, hidrelétrica, usinas de tratamento de lixo e petróleo e gás).

Segundo ele, a atuação da câmara como banco de projetos dará mais agilidade à concessão de funding. Ele lembra que no Brasil as taxas de mercado são muito altas e que os processos de liberação de empréstimos pelo BNDES ou até instituições chinesas já estabelecidas no Brasil, como Bank of China ou China Construction Bank (CCB), “demoram muito”.

Hu argumenta que empresas e investidores brasileiros têm dificuldade para acessar empréstimos de instituições financeiras da China por causa da qualidade

e do formato dos projetos. O fundo estatal de US\$ 20 bilhões lançado no fim de junho deste ano, numa iniciativa bilateral dos governos brasileiro e chinês, ainda não liberou recursos.

Segundo o presidente da CCDIBC, os US\$ 3 bilhões do fundo Huayang podem financiar até 85% de um projeto, priorizando operações acima de US\$ 100 milhões. “Mas isso não quer dizer que valores menores não serão analisados. Se for um bom projeto, que represente parceria estratégica para a China, podendo gerar exportação de produtos chineses e empregos, também é interessante. O fundo pode financiar até capital de giro”, adianta Hu.

Ele não detalha as condições das operações com o fundo chi-

Capital bilionário da China

Fundo chinês focará projetos no Brasil

Fundo Huayang

- **Capacidade:** US\$ 3 bilhões
- **Capital:** misto (governo chinês e Huayang)
- **Objetivo:** financiamento de projetos no Brasil ou de expansão de empresas brasileiras na China
- **Funding:** preferencialmente projetos acima de US\$ 100 milhões, com cobertura de até 85% do projeto
- **Condições:** taxas a partir de 4% ao ano* e taxa de câmbio fixa
- **Setores prioritários:** infraestrutura e logística, construção civil, agronegócio, parcerias público-privadas (PPPs), concessões públicas, tecnologia, startups, produção de veículos elétricos e energia (solar, eólica, hidrelétrica, usinas de tratamento de lixo e petróleo e gás)

Fonte: Câmara de Comércio de Desenvolvimento Internacional Brasil-China (CCDIBC).
*Pode ser maior, depende da rentabilidade e da margem de retorno de cada projeto avaliado.

nês, conta apenas que as taxas anuais podem variar a partir de 4% ao ano, “dependendo da rentabilidade de cada projeto”, e que as transferências internacionais de recursos serão feitas por canais bancários tradicionais.

José Mauro da Fonseca, sócio-diretor da Ligue Connections, diz que está com pedido de capital de giro em análise pelo fundo Huayang depois de usar a consultoria da CCDIBC. Na reta final depois de quase três anos de elaboração, o projeto da empresa, parceira no Brasil da operadora de telecomunicações britânica Vodafone, prevê a criação de serviço de telefonia móvel só para empresas.

Além das taxas favoráveis, o que mais chamou atenção do executivo na operação foi a agilidade do

processo e a opção por uma taxa de câmbio fixa estipulada em contrato, uma espécie de hedge cambial automático oferecido pelo próprio fundo. “Para conseguir o valor que queremos do BNDES, por exemplo, precisaríamos de alguma indicação política ou nunca teríamos. Já num banco comercial as taxas inviabilizariam a previsão de rentabilidade do negócio”, afirma Fonseca, sem revelar o valor e as condições do contrato. “Assinamos termo de confidencialidade.”

O cientista político Paulo Esteves, diretor do Brics Policy Center e professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, diz que o financiamento chinês de projetos por meio de instrumentos financeiros internacionais, seja com capital estatal ou privado, está re-

lacionado com o excesso de reservas acumulado pela China nos últimos 15 anos, 20 anos. Além disso, acrescenta, essa prática pode ser considerada uma continuação da “exportação de capital” do país asiático, que nos últimos anos foi marcada principalmente por participação de empresas chinesas em projetos “greenfield” (novos) e, mais recentemente, em operações de fusão e aquisição.

“A estruturação de fundos financeiros pode ser algo novo no Brasil, mas a China já vem fazendo isso no mundo todo, via fundos soberanos ou privados. É uma estratégia de exportação de capital para alavancar projetos de interesse chinês no exterior. O que devemos prestar atenção é no foco que esses fundos dão para infraestrutura, em particular projetos na área de energia, sobretudo energia limpa. Esse é um campo em que a China busca um posicionamento de liderança global”, explica Esteves.

Fundado em 1984, o conglomerado China Huayang Economic and Trade Group tem sedes em Pequim e Hong Kong e atua em várias atividades, entre elas obras de infraestrutura, comércio exterior, indústria e petroquímica. No setor financeiro, o Huayang tem sob seu guarda-chuva dois bancos — Bank of Anshan e Xiamen International Bank — e uma dúzia de fundos de investimentos com capital superior a US\$ 50 bilhões.